

Para além do ouro: dinâmica econômica e produção rural em uma região central da capitania de Minas Gerais¹

Raphael Freitas Santos*

Resumo

Este artigo procura entender o processo de intensificação da concentração da riqueza numa região da capitania de Minas Gerais e, com a análise da composição da riqueza dos inventariados mais ricos da região, identificar as transformações nos padrões de investimentos da elite local entre os anos de 1713 e 1773. A análise dos investimentos desse grupo, por meio de inventários *post-mortem*, mostrou-nos a presença da produção rural voltada para o mercado interno entre as atividades mais dinâmicas e lucrativas nas Minas ao longo do século XVIII.

Palavras-chave: Minas Gerais. Século XVIII. Mercado interno.

Introdução

Durante muito tempo, nas análises sobre a economia mineira setecentista, todos os outros tipos de atividades produtivas viveram à sombra da mineração.² De acordo com os modelos clássicos de interpretação da economia e da sociedade colonial, como as regiões próximas às lavras “não eram, em conjunto, favoráveis nem à agricultura nem à pecuária, [...] parte do abastecimento da população [...] teve que se recorrer, a princípio, a territórios não muito próximos”.³ Por isso, desenvolveram-se na capitania de Minas Gerais, em torno da região mineradora, unidades produtivas destinadas ao abastecimento local, principalmente fazendas de gado, que foram se estabelecendo ao longo do curso

* Mestre em História/UFGM, doutorando em História/UFF e professor substituto/UFOP.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq e pela Capes.

médio do rio São Francisco, estimuladas pelo mercado próximo.⁴

Mesmo assim, acreditava-se que a maior parte dos produtos que abastecia a região mineradora teria sido adquirida junto ao mercado externo – “externo” tanto em relação à capitania, quanto em relação à América portuguesa. Isso porque, segundo Caio Prado Júnior, enquanto a produção aurífera foi abundante, não teria havido margem “para o aparecimento de uma agricultura ponderável ou de uma pecuária intensa”.⁵ Acreditava-se que unidades produtivas destinadas à produção de gêneros alimentícios eram incapazes de disputar com as minas a aquisição da mão de obra escrava, ou seja, que essas atividades não seriam lucrativas o suficiente para acessar o mercado internacional de escravos.⁶

Posteriormente, as pesquisas acabaram constatando a relevância da produção e da circulação de gêneros produzidos em Minas e destinados ao mercado interno regional, mesmo nas primeiras décadas do século XVIII, quando já seria possível perceber uma paisagem não só urbana, mas também rural. Nessa “Minas rural” da primeira metade do século XVIII, a atividade agropastoril contava com o emprego significativo da mão de obra escrava. As cartas de sesmarias, analisadas por Guimarães e Reis, apresentaram-se como o primeiro indício dessa face da economia e da sociedade mineira colonial, até então esquecida ou relegada ao segundo plano.⁷

Entretanto, para analisar as estruturas fundiárias das Minas setecentistas, as cartas de sesmaria mostraram-se dema-

siadamente frágeis. Somadas a elas, Ângelo Carrara utilizou, de forma perspicaz, registros do notariado, confiscos, inventários post-mortem, registros das entradas de mercadorias e dos dízimos cobrados, para construir um panorama, rico em detalhes, da produção e comercialização dos gêneros agrários que faziam parte do circuito mercantil mineiro durante o século XVIII. O resultado desse esforço foi a possibilidade de mapear os contornos das articulações mercantis no interior de Minas, cartografando as áreas responsáveis pelo abastecimento dos gêneros agrícolas e pastoris.⁸

Estudos como esses ajudaram a romper com a noção de que a economia mineira, após a crise da mineração, teria se atrofiado, perdido vitalidade, e a sociedade involuído para “uma massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência”, conforme teria diagnosticado Celso Furtado.⁹ Atualmente, a discussão em torno da existência de um mercado interno nas Minas já está bastante consolidada e a noção de “decadência”, antes dominante, já está ultrapassada. Contudo, conforme nos adverte Ângelo Carrara, “o prolongamento do pensamento ‘anti-decadentista’ pode conduzir inadvertidamente a uma perspectiva pró-dinamismo”, que pode soar extremamente exagerada.¹⁰

Cientes disso, pretendemos com o presente trabalho apresentar um panorama econômico de uma região de Minas Gerais, a comarca do Rio das Velhas, atendendo para a importância das produções voltadas para o abastecimento na composição da riqueza da parcela mais rica da

população. Para tanto nos valem principalmente das informações retiradas de 379 inventários post-mortem escritos entre 1713 e 1773.¹¹

Antes de tudo, é preciso ressaltar que a história de uma região ou de uma localidade não se define apenas por um recorte espacial menor. Mais do que isso, uma região deve ser entendida como uma base territorial de certa forma integrada, com afinidades sociais e econômicas. Localizada num território amplo, que abarcava uma grande parte da região central e do noroeste da capitania de Minas Gerais, a comarca do Rio das Velhas era uma região diversificada economicamente. A maior comarca de Minas contava com ricos veios auríferos (principalmente na região entre Sabará e Caeté) e grandes terrenos destinados à pecuária (como a barra do Rio das Velhas, por exemplo); possuía, ainda, importantes entrepostos comerciais, como Sabará, Santa Luzia e Pitangui. Mas o que garantia à região certa integração eram os grandes rios que a banhavam, o das Velhas e o São Francisco. Além de importante rota comercial com o norte da capitania, com os sertões baianos e com Salvador, o território próximo a esses rios representa o eixo norteador da ocupação da região.¹²

A concentração da riqueza na comarca do Rio das velhas

Tentar especificar as fronteiras materiais que separavam o limiar entre pobres e não pobres nos coloca diante de sérios riscos. As definições quantitativas acabam sendo arbitrárias e correm o risco de pro-

jetar critérios contemporâneos em sociedades do passado.¹³ Além disso, a riqueza e a pobreza podiam representar algo mais do que a simples capacidade ou não de acumular riqueza. Para contornar essa dificuldade de traçar com precisão os limites entre as camadas sociais optamos por dividir a população inventariada de acordo com a sua capacidade de adquirir escravos. Isso porque a propriedade de pessoas na sociedade em foco transcendia a dimensão do investimento econômico, de força de trabalho; era um elemento de distinção, capaz de conferir de status ao seu possuidor.

Com base nos dados levantados por Luna, 57% dos proprietários, em 1718, tinham menos de cinco escravos; em Vila Rica e São João Del Rey a percentagem era, respectivamente, de 65% e 67%.¹⁴ Na vila de Congonhas, localizada na comarca do Rio das Velhas, 70% dos proprietários, entre 1771 e 1790 possuíam menos de cinco escravos.¹⁵

Acreditamos que as pessoas cujos bens foram inventariados, que podemos considerar como pobres nas Minas (especialmente na região analisada), teriam sido aquelas capazes de adquirir em vida, no máximo, cinco escravos, ou, em termos de riqueza, que acumularam até 999\$999 em bens, fossem escravos ou não. Isso porque, de acordo com nossas pesquisas, as pessoas que morreram deixando inventários e que acumularam em bens um valor menor que 999\$999 possuíam, em média, 4,2 escravos. Além disso, segundo Laird Bergad, o preço médio de um escravo entre 15 e 40 anos nas Minas girava em torno de 168\$000.¹⁶ Portanto, as pessoas que conseguiram acumular até 999\$999, se pagas-

sem esse preço por um escravo, poderiam ter, no máximo, cinco escravos.

Tendo como parâmetro os dados apresentados, acreditamos ser possível afirmar que as pessoas que acumularam entre 1:000\$000 e 4:999\$999 escaparam da pobreza, mas não poderiam ser consideradas ricas nessa sociedade, já que tinham um padrão mediano de acumulação. A estrutura de posse de escravos desse grupo é de 12,3 escravos por inventariado. Isso significa que os padrões de posse dessa camada são ligeiramente inferiores à média do conjunto total de inventariados, que durante o período recortado apresentou uma posse média de 13,7 escravos.

O único grupo que consideramos como rico na comarca do Rio das Velhas foi aquele composto por pessoas que conseguiram acumular em vida mais do que 5:000\$000. As pessoas com uma riqueza superior a esse valor estavam muito acima da média regional de posse de escravos, contando com cerca de 44 escravos por inventariado – os indivíduos que acumularam mais de 20:000\$000 possuíam, em média, 120 escravos.

Portanto, consideramos na presente pesquisa pessoas pobres (entre a população cujos bens foram inventariados nos cartórios da comarca do Rio das Velhas) aquelas que acumularam em vida até 999\$999. Já aquelas que foram capazes de acumular entre 1:000\$000 e 4:999\$999, apesar de não serem pobres, não podem ser chamadas de ricas. A elite da comarca, no período recortado, era composta por pessoas que acumularam em bens a quantia superior a 5:000\$000, embora existissem nesse grupo fortunas superiores a 20:000\$000, muita

riqueza para o contexto da região, conforme podemos ver na Figura 1, no anexo.¹⁷

Uma análise do gráfico nos permite perceber como, ao longo do século XVIII, a riqueza tendeu a uma crescente concentração: a) a percentagem de pessoas que integravam as camadas médias diminuiu de 26% para 16%; b) aumentou o número de indivíduos considerados pobres de 32% para 45%; c) aumentou, principalmente, o percentual de indivíduos que acumularam menos que 4999\$999, de 21% para 36%; d) e, por outro lado, surgiu um pequeno grupo de pessoas muito ricas, que acumularam fortunas acima de 50:000\$000.

Qual seria a explicação para a intensificação da concentração da riqueza na comarca do Rio das Velhas a partir da segunda metade do século XVIII? Acreditamos que esse fenômeno pode ser explicado pela mudança gradual no panorama econômico da região ao longo do século XVIII. Em virtude das condições demográficas e econômicas das Minas, logo a produção agropastoril de subsistência se tornou a principal ocupação de boa parte da população mineira. Tais unidades eram, em sua maioria, pequenas propriedades, que contavam, não raramente, com trabalho escravo (algumas vezes auxiliando a produção familiar); pode ser caracterizada pelo acesso estável à terra (posse ou propriedade), pela economia de subsistência fundamental, mas não exclusiva, e pela relativa autonomia na gestão da atividade agrícola.¹⁸

Desde as primeiras décadas dos setecentos houve movimentos migratórios no interior da capitania, em grande medida em virtude da larga oferta de terras, os

quais se acentuaram na segunda metade do século XVIII. Foi nesse período que alguns núcleos urbanos foram perdendo habitantes e as regiões de fronteiras de Minas Gerais se tornaram cada vez mais atrativas. Os padrões de investimentos das unidades produtivas assentadas nesse momento nas regiões de fronteira se aproximavam da produção de subsistência – o que explicaria o grande abismo social aberto a partir da segunda metade do século XVIII.

Essa nova realidade econômica da capitania teria imposto novas perspectivas de investimento. Nesse sentido, a produção de gêneros alimentícios (mercantilizada ou de subsistência) acabaria se tornando a melhor alternativa de investimento, haja vista a grande demanda propiciada pelo enorme contingente populacional que permaneceu povoando a região.

Até aqui nenhuma novidade. São apenas dados corroborando algo que já foi difundido na historiografia brasileira. No entanto, ao contrário do que se supunha anteriormente, a produção de alimentos, mais do que uma alternativa para a crise, poderia ser uma atividade bastante lucrativa desde a primeira metade do século XVIII. É o que nos mostra a análise em série dos inventários post-mortem dos membros da elite econômica local.

A composição da riqueza e a dinâmica das unidades produtivas

Examinando as 10% maiores fortunas inventariadas, conforme as figuras 2, 3 e 4 (anexo), observamos que a posse de

escravos, que no primeiro período equivalia a 54% dos investimentos, vai, aos poucos, deixando de ser o investimento majoritário desse grupo. Esse fenômeno pode ser explicado pelas sucessivas reduções nos preços dos escravos em razão do aumento da oferta no mercado internacional – uma vez que houve um aumento em números absolutos do número de escravos inventariados. Além disso, o aumento gradual dos escravos coloniais no conjunto das escravarias inventariadas ao longo do século XVIII proporcionou uma menor dependência junto ao comércio externo, forçando cada vez mais a redução nos preços dos cativos.¹⁹

Mas o que vale aqui ser destacado é que, com o decorrer do tempo, percebe-se uma preocupação cada vez maior dos inventariados em possuir bens de raiz, principalmente nas áreas rurais da comarca: a sociedade vai se sedimentarizando, ou melhor, vai se “ruralizando”. Se no primeiro período os investimentos em imóveis eram de 2%, no segundo esse número atinge os 14% e, no último, os imóveis chegam a representar 25% dos investimentos da população inventariada. Ao que tudo indica, entre a elite local, a fluidez e a incerteza (características da produção mineral e do comércio) foram sendo complementadas e, por vezes, substituídas pela maior certeza das atividades agropastoris.

Um caso exemplar que ilustra esse processo pode ser encontrado na trajetória de João Chaves Bittencourt. De acordo com uma lista produzida a pedido da Coroa portuguesa, em 1756 Bittencourt foi identificado como comerciante e estava elencado

entre os homens mais abastados de Santa Luzia, na comarca do Rio das Velhas.²⁰ No entanto, em 1775, no ano em que faleceu, não foi encontrado em seu inventário post-mortem qualquer resquício de seu passado como comerciante, apenas uma morada de casas localizada em Santa Luzia, avaliada em 100\$000. O inventariado, que havia morrido em seu sítio chamado de “Taquara do Espírito Santo”, localizado em Roça Grande, possuía a maior parte dos investimentos, respectivamente, em escravos e imóveis rurais – o que indica uma guinada em sua atividade produtiva majoritária: do comércio, notadamente urbano, para a produção agropastoril, primordialmente rural.²¹

Durante o primeiro período recortado as maiores fortunas estavam assentadas, como já era de se esperar, na atividade mineradora. Entre 1713 e 1733 todas as grandes fortunas analisadas foram construídas por meio da extração mineral. No entanto, a partir de 1734, a mineração deixou de ser a ocupação principal dos homens mais ricos da comarca. Nesse período, cerca de 42% dos homens mais ricos tinham como atividade produtiva a mineração. Paradoxalmente a maior parte das grandes fortunas durante o auge da mineração estava assentada na pecuária, na agricultura ou no comércio.

A principal característica da atividade mineradora foi a concentração dos investimentos em torno da posse de escravos – o que explica por que no primeiro período recortado houve uma presença maior dos escravos na composição da riqueza. A riqueza dos mineradores derivava menos de

suas lavras do que de seus escravos, porque as lavras eram bem menos valorizadas no conjunto das fortunas, talvez em virtude da irregularidade de sua comercialização, ou do tamanho diminuto das datas ou dos terrenos onde estavam situadas as lavras. Fato é que eram muitos os casos em que regos e lavras valiam menos do que sítios e fazendas.

Assim ocorreu com o rego de água para mineração localizada no morro de Mateus Leme, que possuía Antônio de Campos Monteiro, em sociedade com Constantino da Costa. Enquanto essa propriedade foi avaliada em 195\$000, sua roça localizada “ao pé do cerrado Paraopeba”, que contava com engenho de pilões usados para fazer farinha, serviço de água, casa coberta de capim e pau-a-pique e senzala, também coberta de capim, valia 300\$000.²² No inventário de Domingos de Araújo Lima e Burgos percebe-se que as datas de lavras minerais que possuía em Taquaraçu valiam menos do que o sítio, situado na mesma região, que continha umas rodas velhas, matos virgens, uma ponte, capoeiras, uma casa de olaria. O sítio foi avaliado em 1:000\$000, e as lavras minerais, por menos da metade – 450\$000.²³

Isso significa que o aumento percentual da participação dos imóveis na composição das maiores riquezas inventariadas a partir da primeira metade do século XVIII estava ligado ao contexto de redimensionamento das unidades produtivas, pelo qual passava a região durante esse período. Uma maior participação dos imóveis no conjunto dos investimentos da população inventariada não se relaciona, portanto,

ao aumento no número de imóveis adquiridos por eles, mas à posse de propriedades que valiam muito mais do que aquelas adquiridas anteriormente.

A “ruralização” da sociedade e das riquezas atingiu tamanha proporção que, no período posterior a 1754, 60% das maiores fortunas estavam assentadas (enquanto investimento principal ou secundário) em fazendas agrícolas e de pecuária; 35% foram construídas tendo como a principal atividade produtiva a produção de gêneros voltados para o abastecimento. Essa estratégia, no entanto, não foi apenas uma solução para a crise da mineração, mas um processo que teria começado já no início do século XVIII e intensificado nesse momento. Conforme bem observou Bergad, “a produção de alimento não emanou apenas da necessidade, mas também das impressionantes oportunidades comerciais que oferecia, devido aos elevados preços pagos por qualquer mercadoria nas zonas de mineração [...]. Nesse contexto de preços elevados e forte demanda crescente de uma boa diversidade de alimentos básicos, emergiram a lavoura e a criação de gado em Minas”.²⁴

Nas Minas, desde o início do século XVIII, existiram dentro dos núcleos mineratórios áreas que funcionaram como apêndice da atividade mineradora, produzindo, essencialmente, para o abastecimento da unidade produtiva. Principalmente os mineradores que contavam com muitos escravos plantavam roças em suas propriedades. De acordo com uma representação feita ao rei pelos oficiais de Vila Nova da Rainha, localizada na região em

foco, havia vários mineiros que plantavam roças em áreas próximas às lavras para alimentar seus escravos. “Eles possuíam moinhos, engenhos de pilões – ‘em que reduzem milho à farinha para as rações dos escravos’ –, bestas, bois e carros para conduzem os alimentos da roças até as lavras, sendo todos esses bens pertencentes às unidades escravistas, [...] sem o que não podem subsistir as ditas fábricas”.²⁵

O caso de Manoel Maciel exemplifica a complexidade existente em algumas dessas unidades mineradoras. Em seu sítio chamado “Pissarrão”, avaliado em 4:800\$000, era possível encontrar desde “terras minerais de uma parte a outra do Rio das Velhas”, matos virgens, serviço de água, casas de vivenda cobertas de telha, uma casa de sobrado, senzalas de capim, até um moinho de fazer farinha e um pomar de árvores de espinho.²⁶

Apesar de serem raras nos inventários post-mortem, existiram unidades produtivas voltadas apenas para a mineração, as quais, por sua vez, eram dependentes em relação ao mercado local de alimentos. A demanda gerada por essas unidades, somada, principalmente, àquela provocada pelos núcleos urbanos, propiciou o florescimento de inúmeras unidades de subsistência que negociavam seu excedente no mercado e outras tantas que eram especializadas na produção de alimentos.

O exemplo mais emblemático de unidade especializada na produção de gêneros voltados para o abastecimento trata-se de uma propriedade situada próximo à freguesia de Santa Luzia: a fazenda da Jaguará. “Com cerca de 2.040 km², ou 47

léguas quadradas, as fazendas que constituíam o Vínculo formaram-se ao longo do século XVIII. Seu núcleo original era constituído pelos sítios do Sumidouro e do Jequitibá, fabricados originalmente por Domingos Dias da Silva desde os fins do século XVII até 1716, e vendidos depois para o então sargento-Mor João Ferreira dos Santos.”²⁷

Após a compra, João Fernandes dos Santos, a fim de legalizar a propriedade da terra, solicitou “meia légua de terra”, conforme a carta de sesmaria datada de 1733. Na carta de doação encontramos a justificativa dada pelo sargento-mor para ser agraciado com aquelas terras. De acordo com o documento, João Ferreira dos Santos “fabricou um sítio onde tem sua roça de legumes como o fizeram todos os moradores destas Minas”. Além disso, “tinha fabricado um engenho de meter cana e farinhas com despesa grande para com despesa grande pra que necessitava de terras para planta do mesmo engenho e sustentação da fabrica de escravos”.²⁸

Em 1739, quando da morte de seu proprietário, a fazenda contava com um engenho de moer cana com sua casa de venda, engenho de pilões de milho e também de mandioca, várias casas de telha, paiol, olaria e uma capela. Encontravam-se ainda, entre os bens avaliados separadamente da propriedade, 47 formas de pau e 14 de barro, 16 pipas, 9 coches, 4 cum-bucas de cobre, 3 carros e 5 juntas de bois – instrumentos essenciais na produção de cachaça e açúcar –, 5 arados – o que aponta para o alto nível técnico da produção dessa propriedade –, um rebanho com 128

cabeças, além de farinha e cana. Para trabalhar nas suas propriedades, o sargento-mor possuía um impressionante plantel de 239 escravos.²⁹

A fazenda da Jaguará permaneceu entre os herdeiros do sargento-mor até 13 de março de 1751, quando foi arrematada por Francisco da Cunha de Macedo. Dois anos depois de arrematados tais bens, Francisco da Cunha Macedo (que havia se casado com a ex-mulher do sargento-mor, D. Maria Isabel Bittencourt e Sá) “tomou a juros do Cofre do Juízo 8:117\$254 réis”, referente à legítima dos herdeiros. Em razão do não pagamento dessa dívida, foi feita uma petição de adiamento da parte de Francisco Cunha Macedo, que estava ameaçado de ter seus bens sequestrados.³⁰ Apesar de prolongar o prazo, Francisco Cunha Macedo não efetuou o pagamento. Por isso, em 1766 foi penhorada a fazenda da Jaguará e, no ano seguinte, arrematada pelo futuro instituidor do vínculo, o tenente-coronel Antônio Abreu Guimarães, por 46 mil cruzados (o equivalente a 18:400\$000), para serem pagos em seis anos.³¹

Apesar da grandiosidade da Fazenda Jaguará, é preciso salientar que não era uma exceção no panorama produtivo da comarca. Existiram vários outros exemplos de unidades escravistas especializadas na produção de alimentos nessa região, guardadas as devidas proporções. Vejamos o exemplo da propriedade de Catarina Soares Pereira arrolada no processo de inventário de seus bens, feito em 1733, portanto, ainda nos primeiros anos da ocupação do território.

Catarina foi casada com Manoel Gonçalves de Barros e eles residiam em uma casa coberta de telhas, próxima ao arraial de Nossa Senhora da Lapa. O sustento dessa família provinha, entretanto, de um sítio que possuíam “adiante do arraial da Lapa”, que produzia, principalmente, aguardente e mandioca. De acordo com a descrição feita no processo, a propriedade contava, entre outras coisas, com capoeiras, um quartel de cana plantado, casas de vivenda e “duas casas mais um paiol e casa de engenho de pilões de água com escarificador de moer cana”. Além disso, possuía uma roda de mandioca com água, uma prensa e fornos de cobre. Para o trabalho na unidade produtiva, o casal contava com 23 escravos, todos africanos, que foram avaliados em 3:370\$000.³²

O exemplo de Manoel Moreira dos Santos também é emblemático nesse sentido. O inventariado, que morreu com um monte-mor superior a 9:000\$000, possuía entre seus bens “umas roças com mil e duzentos alqueires de milho” e “um sítio com cana, engenho com forno de cobre e paiol”, que contava também com um alambique, três tachos, quarenta e sete barris, duas madeiras, três colheres, um carro e um carretão.³³ Percebe-se que as unidades produtivas do inventariado eram capazes de fornecer dois dos produtos mais consumidos nas Minas: cachaça e milho.

Segundo Maxwell, “embora fosse necessário um período de cultivo maior para produzir cachaça em Minas do que mais perto do litoral, as primeiras duas décadas do século XVIII assistiram ao rápido crescimento do número de engenhos e uma

crescente produção de açúcar e cachaça para o consumo local”.³⁴ Entretanto, sem desconsiderar a importância do açúcar e dos outros derivados da cana, é preciso destacar que a aguardente era, de todos, o mais consumido pelos mineiros.³⁵

Outro produto que era bastante comum na mesa dos mineiros é o feijão. Somado ao milho, à cachaça e à carne de porco, o feijão fecha o conjunto dos produtos mais produzidos e consumidos nas Minas. Entretanto, encontram-se indícios da produção de diversos outros produtos na região, como, por exemplo, arroz e fumo.

No inventário de Jacinta da Assunção há referência, entre outras coisas, a “um sítio com morada de casas de vivenda coberta de telhas, estrebaria coberta de telhas, senzala coberta de capim, bananal, árvores de espinho, plantas de arroz, milho plantado...”³⁶ Já João Vieira Campos, morador da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, possuía um rancho com duas senzalas e um quintal com suas bananeiras e “uma roça com todas as suas plantas”. Consigo, antes de morrer, o inventariado tinha armazenado “130 varas de fumo”, “120 mãos de milho”, provavelmente colhidas de sua roça – isso porque não há indício algum em seu inventário de que era dono de alguma venda.³⁷

A importância da pecuária na economia regional também pode ser analisada como um sinal da sua complexidade. Pelo menos até a metade do século XVIII, foi o sertão da comarca do Rio das Velhas a região que mais se destacou na criação e comércio de animais em Minas Gerais. Encontram-se vários inventários em que

os indivíduos possuíam suínos e/ou bovinos, mas vale destacar o de João de Meirelles Freire. Casado com Ana Pires Maciel, Freire contava, em sua “Fazenda do Acari”, com nada menos que 2.908 cabeças de gado, que valiam cerca de 12:600\$000, uma pequena fortuna.³⁸

O mais elucidativo de todos os casos, no entanto, é do capitão Mathias de Crasto Porto. No inventário de seus bens encontramos vários animais, dois sítios “que servem para engordar gado”; além de duas casas em Sabará “que servem de açougue” e uma morada de casas em Congonhas, “abaixo da Igreja do Rosário as quais serve para corte de carne com seus currais de baraúna com dois bancos em sua loja separada, mostrador e prateleiras”. Como podemos perceber, Mathias de Crasto Porto não se preocupava apenas em criar o gado, mas participava de toda a cadeia produtiva da carne: desde a engorda e o abate até a venda nos açougues.³⁹

Apesar de grande produtor e comerciante de carne, o capitão não restringiu seus investimentos a essa atividade, pois possuía um grande plantel, composto por 116 escravos, que estavam divididos entre as suas propriedades. Alguns desses escravos viviam em Sabará e eram ferreiros e sapateiros jornaleiros, que trabalhavam em tendas equipadas por Porto. O capitão era, ainda, proprietário de prédios urbanos destinados ao aluguel, como uma casa na rua do cascalho em Roças Grandes, “em que mora o Cônego José Coelho Raposo”, e uma casa na rua Direita de Sabará, “alugada a Brás Gonçalves Motta de Albuquerque onde assiste e tem loja que pesa seco”.⁴⁰

Além de comercializar carne verde, Mathias de Crasto Porto era um importante comerciante de Sabará, tendo duas lojas: “uma loja grande de duas portas” (em que vendia fazendas secas) e outra “defronte à loja grande que tem sua loja para a fazenda de molhados”.⁴¹ Um crédito registrado em cartório, passado por Lourenço da Costa em 20 de novembro de 1738, aponta para outra atividade do capitão: o financiamento de pequenos comerciantes, vendendo por atacado produtos, inclusive trazidos do Rio de Janeiro.⁴² A carta continha os seguintes dizeres: “Devo que pagarei ao capitão Mathias Crasto Porto por 200 oitavas e meia de ouro em pó procedida de fazendas que lhe comprei na sua loja, a qual quantia pagarei a ele dito ou a quem este me mostrar todas as vezes que me pedir sem a isso haver dúvida alguma; por verdade lhe passei este por mim feito e assinado.”⁴³

Estamos diante de um importante personagem, responsável pelo abastecimento da região central de Minas: um comerciante de fazendas, criador de gado, dono de açougue, comerciante de molhados e produtor de mandioca e aguardente. Como os demais homens de seu tempo, uma pessoa que não se especializou em uma atividade específica, mas que buscou na diversificação a segurança financeira. Foi também proprietário de escravos jornaleiros, rentista, agente financiador e minerador (já que possuía, em sociedade com mais três pessoas, uma “lavra de mineração com serviço aberto e minas”, localizada no Morro de Congonhas). Enfim, a trajetória de Mathias de Crasto Porto indica para a

possibilidade enriquecer com a produção e a comercialização de alimentos em Minas e, ainda, conseguir certo prestígio e distinção – já que Porto chegou ao posto de capitão de ordenanças.⁴⁴

Com base nessa e em outras evidências, podemos dizer que a economia da região analisada era bem diversificada e que essa diversificação não era observada apenas no contexto geral, mas muitas vezes também dentro das próprias unidades produtivas. A produção da região, por isso, não se limitava ao mercado local. Talvez parte dela tenha sido escoada para outras áreas de Minas Gerais, ou mesmo, direta ou indiretamente para outras capitânicas.⁴⁵

Um exemplo disso foi o caso das plantações de mandioca na comarca do Rio das Velhas, como a que possuía Mathias de Crasto Porto. Em uma circular expedida em 1777 pelo governador da Capitania, ele solicitou aos ouvidores informações sobre roceiros que plantavam mandioca nas comarcas mineiras. O objetivo dessa circular era saber quanto de sua produção cada região poderia remeter para auxiliar no provimento das tropas que deveriam defender o Rio de Janeiro de uma possível invasão dos castelhanos. As comarcas mineiras, dessa forma, tinham uma quota em farinha que deveriam enviar às tropas. Segundo José Newton de Meneses, a quota estabelecida para a comarca do Rio das Velhas foi a maior, 30.000 alqueires. Contudo, como a comarca do Rio das Mortes não conseguiu atender à solicitação feita pelo governador, ele foi obrigado a pedir uma complementação de 5.000 alqueires à comarca do Rio das Velhas.⁴⁶ Esse episódio

ilustra bem a vocação da região aqui analisada para a produção de alimentos e como essa produção não se limitava aos limites administrativos do território.

Considerações finais

Com o exposto, é plausível supor que a complexidade da economia mineira, que se sustentava para além da exploração aurífera – mesmo durante a primeira metade do século XVIII –, possibilitou uma “acomodação evolutiva” após a crise inevitável da mineração.⁴⁷ A elite econômica da maior comarca da capitania de Minas Gerais desde cedo se preocupou em diversificar a produção e investir no abastecimento de uma população que crescia vertiginosamente.

A atividade agropastoril desde o início esteve presente nas principais unidades produtivas mineiras – ainda que, primeiramente, de forma ancilar à produção aurífera. Mas foi com o crescimento da população, e consequentemente da demanda por alimentos, que a produção agropastoril ganhou mais força na região em foco. Com isso, a produção de gêneros de primeira necessidade foi se tornando cada vez mais uma atividade lucrativa – o que pode ser evidenciado pelo fato de 35% das unidades produtivas entre as maiores fortunas da região, entre 1754 e 1773, terem sido assentadas principalmente na produção de alimentos.

Já havia indícios da lucratividade da produção de alimentos nas Minas setecentistas e a sua presença antes mesmo da crise na mineração. De acordo com um parecer de 1733 escrito por Diogo de Men-

donça Corte Real, “é certo que [as pessoas] acham na lavoura o mesmo ou maior interesse que tirariam da bateia que se assim não fosse minerariam todos, ou quase todos, e viriam todos os mantimentos de fora”.⁴⁸ Contudo, com nossa pesquisa ficou-nos mais claro que a produção e a comercialização de gêneros de origem local, tais como o milho, cachaca, feijão, farinha e carne, poderiam ser bastante lucrativas – muito embora, em razão da falta de dados, seja difícil mensurar o grau de lucratividade desse tipo de atividade. De qualquer maneira, conforme Fragoso e Florentino, não se podem ignorar as “incontáveis trocas cotidianas, efetuadas em meio a uma multidão de pequenos e médios produtores, cujo somatório, sem lugar a dúvida, era superior ao setor mais lucrativo e especializado da economia colonial”. Ainda segundo os autores, com base nessas conclusões se “redefine aqui uma certa imagem da sociedade colonial, que associa de forma indelével o colono ou bem ao senhor de muitos escravos, ou apenas ao homem pobre que, marginalizado da plantation, viveria fora do mercado dedicado a uma produção de subsistência que beirava a economia natural”.⁴⁹

Portanto, é possível afirmar que em Minas, apesar da tendência à dispersão da população e à intensificação da pobreza (fatores que contribuíram para o crescimento das lavouras de subsistência), existiam uma produção e circulação de alimentos voltados para o abastecimento, inclusive para além de esferas ultralocalizadas, perpassando as fronteiras administrativas de freguesias, termos e comarcas. O aumento,

cada vez maior, da participação das dívidas ativas (créditos) na composição das fortunas inventariadas na região do Rio das Velhas – conforme as figuras 2, 3 e 4 –, além de representar uma diversificação de investimento, pode ser ainda um importante indicador de uma maior comercialização dos produtos e, portanto, de incremento do mercado inter-regional, haja vista que a maior parte das transações comerciais nesse momento era realizada por meio de práticas creditícias.⁵⁰

Beyond the gold: economy and rural production in a central region of Minas Gerais

Abstract

This article seeks to understand the increasing of the concentration of income in a region of Minas Gerais; to analyze the wealth of the richest people, that left inventories and lived in that region; and to identify the changes in investment patterns of the local elite between the years 1713 and 1773. The analysis of these investments, recorded in post-mortem inventories, has shown the presence of rural production among the most dynamic and profitable economic activities in Minas Gerais during the eighteenth century.

Key words: Minas Gerais. 18th Century. Internal trade.

Notas

- ² Ângelo Carrara chama atenção para o fato de que, “no caso específico de Minas Gerais, não foi propriamente a mineração ou o ouro que ofuscou as análises sobre a agricultura e a pecuária, mas o volume da documentação produzida pelo Estado Português com o objetivo de fiscalizar a produção e a cobrança de direitos sobre o ouro ou sobre a entrada e a saída de mercadorias”. CARRARA, 2007, p. 67.
- ³ PRADO JUNIOR, 1976, p. 57.
- ⁴ Ibidem, p. 58.
- ⁵ Ibidem, p. 234.
- ⁶ Na década de 1950 Mafalda Zemela afirmou que, “a extração aurífera era absorvente [...]”. A agricultura no apogeu do ouro não poderia desenvolver-se porque não podia disputar com as minas na compra de escravos”. ZEMELLA, 1990, p. 211.
- ⁷ GUIMARÃES; REIS, 1986. Uma importante contribuição foi dada, ainda no início da década de 1980, por Linhares e Teixeira quando publicaram um livro que, entre outras coisas, reivindicava estudos mais aprofundados sobre as atividades de subsistência. Para os autores, “estudar essa economia de subsistência, através de sua evolução no tempo e no espaço – expansão e retração de áreas e cultivos, a sua demografia, a organização do trabalho, o regime de posse da terra e as técnicas – seria revelar a face oculta do Brasil, sempre escondida por detrás da casa grande (por vezes, da senzala), do ouro das Gerais...” Ver LINHARES; SILVA, 1981, p. 119.
- ⁸ CARRARA, 2007.
- ⁹ FURTADO, 1977, p. 93.
- ¹⁰ CARRARA, 2007, p. 28.
- ¹¹ As informações quantitativas foram potencializadas por meio da utilização de uma base de dados informatizada, gentilmente cedida pela professora Beatriz R. Magalhães, coordenadora do Projeto “Banco de Dados de Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas – século XVIII”. Para melhor acompanhar as mudanças processadas na economia mineira setecentista, os dados foram analisados em períodos de aproximadamente vinte anos, marcados por momentos distintos da economia regional. São eles: 1º) 1713-1733; 2º) 1734-1753; 3º) 1754-1773. Esses períodos correspondem, respectivamente, a três momentos importantes da economia mineira setecentista: o período de montagem da sociedade mineradora, o auge da mineração e o início do declínio da extração da mineração. No primeiro período (1713-1733), dos 43 inventários disponíveis, foram analisadas as quatro maiores fortunas; no segundo (1734-1753), em que foram examinados 137 inventários, priorizamos as quatorze maiores fortunas; enquanto que no último período (1753-1773), entre os 199 inventários, foram analisadas as vinte maiores fortunas.
- ¹² Segundo Erivaldo Fagundes Neves, “o conceito de região é dinâmico. Varia conforme fatores físicos, sociais ou econômicos que interferem na definição do espaço”. NEVES, 1998, p. 21.
- ¹³ Ver VENÂNCIO, 2001, p. 137.
- ¹⁴ LUNA, 1981, p. 68.
- ¹⁵ LUNA; COSTA, 1982, p. 38.
- ¹⁶ BERGAD, 2004, p. 247.
- ¹⁷ Desagregamos alguns dados na Figura 1, em anexo, com o objetivo de apresentar a complexidade da composição da riqueza inventariada na região.
- ¹⁸ Essas são características apontadas por CARDOSO, 1979.
- ¹⁹ Sobre os padrões de posse de escravos na região ver SANTOS, 2004.
- ²⁰ AHU – Conselho Ultramarino – Brasil/MG – cx. 70, doc. 40. 24/7/175.
- ²¹ MO – Casa Borba Gato/Iphan: Inventários (CPO) Ref. Ant. 07(65) – 3/4/1775.
- ²² MO – Casa Borba Gato/Iphan – CSO: Inventários Ref. Ant. 24(02) – 26/8/1744.
- ²³ MO – Casa Borba Gato/Iphan – CPO: Inventários Ref. Ant. 03(33) – 7/7/1751.
- ²⁴ BERGAD, 2004, p. 51-52.
- ²⁵ Representação dos ofícios da Vila de Nova da Rainha ao rei. 7 de setembro de 1765. AHU, cx. 86, doc. 37, filme 77. Apud SILVA, 2002, p. 137-138.
- ²⁶ MO – Casa Borba Gato/Iphan – CPO: Inventários Ref. Ant. 03(32) – 14/9/1750.
- ²⁷ CARRARA, 2007, p. 140-141.
- ²⁸ Documento transcrito e publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, ano IV, 1899, p. 850-851.
- ²⁹ MO – Casa Borba Gato/Iphan – CSO: Inventários Ref. Ant. 19(02) – 2/7/1739.
- ³⁰ MO – Casa Borba Gato/Iphan – CSO: Inventários Ref. Ant. 19(02) – 2/7/1739.
- ³¹ CARRARA, 2007, p. 141.
- ³² MO – Casa Borba Gato/Iphan – CPO: Inventários Ref. Ant. 01(08) – 20/7/1733.
- ³³ MO – Casa Borba Gato/Iphan – CSO: Inventários Ref. Ant. 46A(23) – 27/2/1740.
- ³⁴ MAXWELL, 1978, p. 111.

- ³⁵ Apesar das inúmeras proibições em torno da construção de engenho na região mineradora são vários os exemplos de propriedades em que se produzia cachaça e açúcar. Ver COSTA, 1963; GODOY, 1999.
- ³⁶ MO – Casa Borba Gato/Iphan – CSO: Inventários Ref. Ant. 33(02) – 9/12/1755.
- ³⁷ MO – Casa Borba Gato/Iphan – CSO: Inventários Ref. Ant. 46(10) – 14/3/1713.
- ³⁸ MO – Casa Borba Gato/Iphan – CSO: Inventários Ref. Ant. 45(01) – 9/8/1742.
- ³⁹ MO – Casa Borba Gato/Iphan: Inventários (CPO) Ref. Ant. 02(18) – 10/10/1742.
- ⁴⁰ Ibidem.
- ⁴¹ Ibidem.
- ⁴² Alguns dos credores de Mathias de Castro Porto, de acordo com seu inventário atuavam na praça carioca, como João Martins Pinto e Manuel Rodrigues Pontes e Companhia. MO – Casa Borba Gato/Iphan: Inventários (CPO) Ref. Ant. 02(18) – 10/10/1742.
- ⁴³ MO – Casa Borba Gato/Iphan: Justificações (CPO) – 1740. Mathias Castro Porto. Vale destacar que com 200 oitavas, o equivalente a 300\$000, era possível comprar diversos cortes de tecidos e muitos produtos importados. Era possível comprar, por exemplo, “seis mil pregos, novecentos pregos de pau, nove arrobas de ferro, trinta e oito varas de pano de linho, dois e meio côvados de galão de fogo e ouro, quatorze côvados de droguete, doze varas de esguião, cinco varas de bertanha da França, dezesseis cabeças de linha de guimarães, onze cabeças de linhas de coser, vinte esteios para armar uma casa e algumas madeiras miúdas”. Em 1749, no inventário dos bens de José Tavares Pereira, esse conjunto de produtos (que faziam parte do estoque de sua loja) foi avaliado em 238\$981, ver MO – Casa Borba Gato/Iphan: Inventários (CPO) Ref. Ant. 08(06) – 22/12/1749.
- ⁴⁴ Apesar da aparente excepcionalidade do caso, quando analisado em conjunto com os demais estudos de caso e com os dados estatísticos, podemos considerá-lo como “excepcional normal”, conforme definição de GINZBURG; PONI, 1989, p. 177.
- ⁴⁵ Como aconteceu, décadas mais tarde, no caso da relação entre a produção de milho e a criação de porco em Minas Gerais. Ver SLENES, 1985, p. 53.
- ⁴⁶ MENESES, 2000, p. 185-186.
- ⁴⁷ Sobre a redefinição do conceito de “acomodação evolutiva” desenvolvido por Celso Furtado, ver LIBBY, 1988.
- ⁴⁸ Documento transcrito e publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XII, 1907. p. 610-670.
- ⁴⁹ FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 173.
- ⁵⁰ Sobre a importância das práticas creditícias no funcionamento do mercado mineiro setecentista ver SANTOS, 2005

Referências bibliográficas

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720 e 1888*. Bauru: Edusc, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Agricultura e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

COSTA, Filho Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IAA, 1963.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Negociantes, mercado atlântico e mercado regional: estrutura e dinâmica da praça mercantil do Rio de Janeiro entre 1790-1812. In: FURTADO, Júnia F. (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

GODOY, Marcelo Magalhães. Dinossauros de madeira e ferro fundido – os centenários engenhos de cana de Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX. *Varia Historia*, n. 21, 1999.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 2, jun. 1986.

LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LINHARES, Maria Y.; SILVA, Francisco Carlos T. da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUNA, Francisco V. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

_____.; COSTA, Iraci del N. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A inconfidência mineira. Brasil – Portugal, 1750-1808*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História regional e local)*. Salvador: UFBA, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SANTOS, Raphael F. *Devo que pagarei: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas (1713-1773)*. Dissertação (Mestrado) - UFMG, Belo Horizonte, 2005.

_____. Um estudo sobre os padrões de posses de escravos em Minas Gerais In: *II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*. Niterói: ABPHE, 2004.

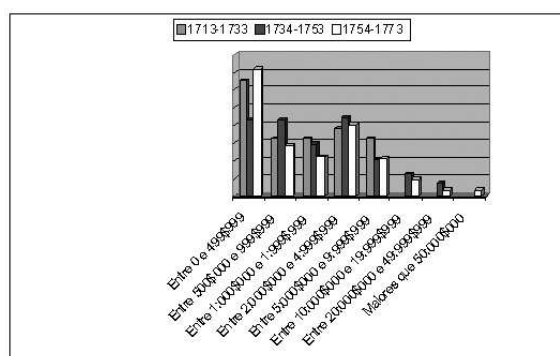
SILVA, Flávio Marcus. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Tese (Doutorado) - UFMG, Belo Horizonte, 2002.

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH-Unicamp*, n. 17, 1985.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Pobreza estrutural e pobreza conjuntural no Rio de Janeiro, 1750-1808. In: BOTELHO, Tarcísio R. (Org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh/MG, 2001.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990.

Anexos



Fonte: Banco de dados de inventários e testamentos da comarca do Rio das Velhas – século XVIII.

Figura 1 - Riqueza inventariada dividida em faixas – acumulação (em réis)

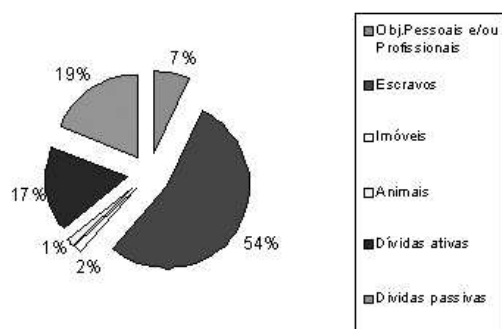


Figura 2 - Perfil dos investimentos dos 10% mais ricos (1713-1733)

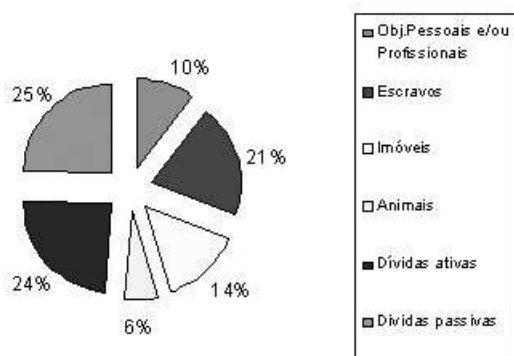
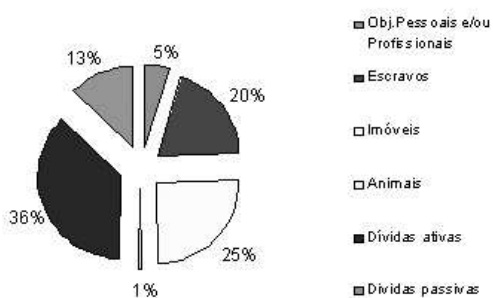


Figura 3 - Perfil dos investimentos dos 10% mais ricos (1734-1753)



Fonte: Banco de dados de inventários e testamentos da comarca do Rio das Velhas – século XVIII.

Figura 4 - Perfil dos investimentos dos 10% mais ricos (1753-1773)